

A LINGUAGEM NÃO-PADRÃO NA LITERATURA TRADUZIDA: TEORIAS E POLÍTICAS SOB ANÁLISE¹

Maristela Cury Sarian²



Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre algumas questões concernentes à tradução dialetal. Para iniciar essa discussão, apresento a visão estruturalista, passando a me ater à vertente pós-estruturalista da tradução, especialmente no que diz respeito a seu viés político, relacionado à presença de linguagem não-padrão na literatura traduzida e ao papel que as editoras exercem no momento de autorizar o uso de dialeto nos textos escritos.

Palavras-chave: tradução dialetal; literatura; política editorial.

Abstract: This paper aims to reflect on some theoretical concepts concerning dialectal translation. First of all, I present the structuralism view, attaining myself to the post-structuralism chain in translation studies, especially concerned to the political aspect which is related to the non-standard language presence in the translated literature as well as to the role of the publishing houses on authorizing the use of dialects in written texts.

Keywords: dialectal translation; literature; editorial politics.

As visões estruturalista e pós-estruturalista da tradução dialetal

Do ponto de vista das concepções tradicionais de tradução, principalmente as teorias de cunho linguístico, traduzir seria uma atividade secundária, porque pouco requeria do tradutor. Para ilustrar essa questão, parto da concepção de tradução defendida por John Catford (1980, p.22), para quem traduzir seria a “a substituição de material textual numa língua (LF) [língua fonte] por material textual equivalente noutra língua (LM) [língua meta]”. Vale ressaltar o emprego do termo equivalente, que, para o autor, é tomado como “sem dúvida, uma palavra chave”, uma vez que “o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM”, cabendo à teoria da tradução “definir a natureza e as condições dessa equivalência” (p.23). Embora o autor explicita sua concepção de tradução como equivalência, não define o termo que centraliza sua proposta teórica.

Ao declarar a tradução como substituição de material textual de uma língua para outra, o teórico concebe o processo tradutório como um ato capaz de assegurar a recuperação dos “mesmos” significados do texto original, bem como a preservação de sentidos “presentes” no texto da língua de partida.

Nesse contexto, coloca-se em evidência a desvalorização do trabalho do tradutor, o que acabaria por contribuir com a má remuneração

de seu trabalho praticada no mercado e com sua invisibilidade, enquanto profissional, na sociedade. Tem-se aí um total descaso para com a figura do tradutor enquanto sujeito do processo de tradução, já que sua tarefa consiste, sob esse ponto de vista, em apenas reproduzir o que já foi elaborado por outro sujeito.

Além disso, a traduzir dialetos traria um problema para os tradutores, na medida em que a tão almejada equivalência não se estabelece, uma vez que as línguas em jogo estão sempre marcadas pela diferença.

As teorias da tradução de cunho pós-estruturalistas, que têm como expoentes Rosemary Arrojo (1986, 1992a, 1992b), Kanavilil Rajagopalan (2000), Lawrence Venuti (1986,1992), Stanley Fish (1980), entre outros, como Gillian Lane-Mercier, que trata especificamente sobre a tradução dialetal, redimensionam as questões tratadas pela vertente tradicional de tradução, uma vez que partem do princípio de que traduzir é produzir, e não substituir, resgatar, transferir significados.

Pela ótica da reflexão desencadeada pela pós-modernidade, essa busca incessante pela sistematização da tradução é vista como uma tentativa ingênua, pois conforme afirma Rosemary Arrojo (1992a), “nenhuma operação linguística parece tão avessa a qualquer tentativa de sistematização como a tradução mais simples e desprezível” (p.78). A proposta do autor abriria caminhos para uma concepção de tradução que



esperaria a recuperação de significados neutros e estáveis no texto traduzido e negaria a tradução como produto de um sujeito interpretante que constrói seu objeto de acordo com interesses, circunstâncias e objetivos diversos.

O processo da tradução, na vertente pós-estruturalista, é definido por um “engajamento que requer uma ‘violenta’ produção de significados estéticos, ideológicos e políticos por parte do tradutor” (LANE-MERCIER, 1997, p.45)³. O tradutor produziria significados comprometidos para com normas e valores socialmente impostos, revelando sua responsabilidade na produção de sentidos para com a cultura produtora do original, como também seu comprometimento para com o contexto e com os leitores da língua para a qual se traduz (LANE-MERCIER, 1997).

Ainda na visão da autora, tais significados indicam, por sua vez, entre outras coisas, a posição do tradutor na estratificação sócio-ideológica de seu contexto cultural, valores, crenças, imagens e atitudes que circundam esse contexto. Indicam, ainda, a interpretação do tradutor do texto de partida e as possibilidades interpretativas proporcionadas aos leitores da língua de chegada por meio das estratégias e decisões do tradutor.

Observa-se que o papel do tradutor nessa perspectiva torna-se central, pois a tradução será o produto de sua leitura, ou seja, o resultado de suas escolhas, que incide mais do que em sentido semântico, mas em significados estéticos, ideológicos e políticos.

Nessa visão, o dialeto não é um problema que gera a impossibilidade e constrói uma barreira para a efetivação de uma tradução, mas é parte constituinte do próprio processo tradutório. Se o “problema” da tradução dialetal reside nas diferenças de significados entre as línguas, pode-se afirmar que toda e qualquer tradução traz problemas ao tradutor, na medida em que uma série de diferenças se instaura no momento de se traduzir de uma língua para outra: diferenças de ordem contextual, espacial, temporal, cultural e ideológica, independentemente do material textual a ser traduzido. No entanto, esses problemas não devem ser encarados como barreiras intransponíveis, que resultariam na impossibilidade tradutória, mas como elementos que entram em jogo em uma tradução, devendo, por isso, serem solucionados no quadro de uma tradução específica.

A linguagem não-padrão na literatura traduzida e o mercado editorial

Um ponto bastante importante que surge nesse cenário e que interfere diretamente na produção de significados e, conseqüentemente, no trabalho do tradutor, diz respeito à padronização linguística praticada pela política editorial, principalmente aquela praticada no mercado norte-americano. De acordo com Lawrence Venuti (1992, p.4), teórico ítalo-americano de linha neo-marxista, a “estratégia de fluência”, promovida por esse mercado, seria caracterizada pelo emprego de “sintaxe linear, sentido único ou ambigüidade controlada, uso corrente, consistência lingüística, ritmos conversacionais” e evitaria “construções não idiomáticas, polissemia, arcaísmo, jargão, mudanças bruscas de tom ou dicção, entre outros, qualquer efeito textual, qualquer jogo de significado que chamem atenção para a materialidade da linguagem, para palavras enquanto palavras, para sua opacidade, resistência a resposta empática e domínio interpretativo” (p.4).

Para o autor, subjaz a essa “estratégia de fluência, [que] apaga as diferenças lingüísticas e culturais do texto estrangeiro” (1992, p.5), uma ideologia comprometida com dois valores burgueses, “o consumismo e o individualismo” (1986, p.188), pois, quanto mais fluente a tradução, mais fácil sua leitura, o que favorece o aumento das vendas. Venuti (2001) alerta que a predominância de uma linguagem em consonância com a norma também refletiria a posição privilegiada que determinadas formas adquiririam em uma sociedade, as quais estariam ligadas, principalmente, a instâncias de poder, tal como o dialeto padrão em posição de domínio:

Ao circular entre diferentes comunidades culturais e instituições sociais, essas formas estão posicionadas hierarquicamente, com o dialeto padrão em posição de domínio, mas sujeito a constante variação devido aos dialetos regionais ou dialetos de grupos, jargões, clichês e slogans, inovações estilísticas, palavras *ad hoc* e a pura acumulação dos usos anteriores. Qualquer uso da língua é, dessa maneira, um lugar de relações de poder, uma vez que a língua, em qualquer momento histórico, é uma conjuntura específica de uma forma maior dominando variáveis menores. (p.24-25).

De acordo com Venuti, a estratégia de fluência seria a responsável pela invisibilidade do tradutor

na sociedade, ao passo que a estratégia de resistência evidenciaria a presença do tradutor nos textos que traduz, o que é objeto de crítica de Lane-Mercier. A autora critica a dicotomia proposta por Lawrence Venuti (1986) acerca da invisibilidade e da visibilidade do tradutor, trazendo essa reflexão para o âmbito da tradução dialetal. A respeito das duas estratégias de tradução concebidas pelo autor, a estratégia de fluência e a estratégia estrangeirizadora, que garantiriam, respectivamente, a invisibilidade e a visibilidade do tradutor, Lane-Mercier argumenta, em relação à estratégia de fluência, que um tradutor

que substitui todas as particularidades dos socioletos⁴ do original com construções lingüísticas padronizadas, por exemplo, adota, nos termos de Venuti, uma estratégia fluente, que é essencialmente domesticadora, pois codifica abertamente o socioleto traduzido para os valores da língua de chegada, apresentando, desse modo, um nível extremamente alto de legibilidade e de aceitabilidade. (p.58).

Já no que diz respeito à “estratégia estrangeirizadora”, Lane-Mercier aponta que

um tradutor que se empenha em manter as especificidades linguísticas e culturais dos socioletos do texto-fonte, utilizando estratégias de tradução precisas (uso de anacronismos, desvios ou formas marginais de gramática e de construções lógicas, destaque da heterogeneidade cultural, da ambivalência ou de descontinuidades discursivas) [...] adota uma estratégia de resistência, que pode ser vista como estrangeirizadora, pois vai claramente contra valores estéticos e ideológicos dominantes da língua de chegada (fluência e transparência); esta respeita a diferença do texto fonte, apresentando, dessa forma, um grau extremamente alto de não-legibilidade e de não-aceitabilidade. (p.58).

A crítica de Lane-Mercier aos postulados teóricos de Venuti reside na impossibilidade de se atribuir apenas a uma das duas estratégias, no caso, a estrangeirizadora, a presença do tradutor, salientando que “*ambas as estratégias revelam a presença do sujeito que traduz*” (p.58, grifos da autora). O ponto de vista da autora defende que “a dicotomia invisibilidade *versus* visibilidade de Venuti tem limitada viabilidade teórica, não só no que se refere aos socioletos literários, mas também ao processo de tradução como um todo” (p.58).

Para a autora, Venuti estaria atribuindo “um valor negativo para a invisibilidade e um valor positivo para a visibilidade” (p.58).

Embora a questão da visibilidade e da invisibilidade seja levada “às últimas consequências por Venuti”, sua visão abre espaço para se refletir sobre as questões mercadológicas que interferem diretamente no trabalho do tradutor, principalmente no que diz respeito à valorização de seu trabalho, tanto do ponto de vista financeiro, quanto no que tange ao papel desempenhado por essa classe na sociedade.

Além disso, e partindo do princípio de que, no caso das traduções publicadas, o trabalho do tradutor está condicionado às políticas e às práticas por elas exercidas, a filosofia de trabalho das editoras seria determinante na aceitação ou não de variação lingüística em seus textos traduzidos. De acordo com as exigências estéticas e literárias de uma determinada época, o que é determinado pelo contexto histórico, as editoras influenciam diretamente na escolha dos tradutores, tanto no plano da forma, quanto no do conteúdo. A preocupação editorial com a adequação da linguagem da tradução de acordo com o público seria um motivo das intervenções no processo de produção das traduções, exigindo a eliminação de expressões julgadas inadequadas para determinada faixa etária, ou a supressão de longas passagens julgadas desinteressantes, além da homogeneização da linguagem, em consonância com as exigências lingüísticas das editoras (LAVOIE, 1996).

Essa questão está bastante presente no contexto francês, voltado para a tradição do bem escrever, que caracteriza esse polissistema literário, apesar de que, no Brasil, a situação não seja muito diferente. John Milton (1994) afirma que “talvez somente nos últimos dez anos [...] é que podemos ver que há uma certa mudança na aceitação de linguagem popular na tradução de romances clássicos” (p.28). Apesar de haver maior aceitação do uso dessa linguagem no mercado editorial, não se pode dizer que, de uma maneira geral, as editoras sejam receptivas ao emprego de formas em descompasso com a norma culta. Milton salienta que, em muitos romances editados pelo Clube do Livro, o dialeto das obras originais foi traduzido para o português padrão. De acordo com o autor, a ênfase no conteúdo seria a característica desses romances, “importando o que diz a personagem e não como diz” (p.55), como

se “o dialeto fosse uma simples fachada, uma distração desnecessária para conhecer as verdadeiras qualidades da personagem” (p.56).

O autor aponta algumas razões para o pouco uso e, conseqüentemente, para a não aceitação do emprego de linguagem de “baixo padrão” na tradução, tais como

um desenvolvimento tardio de estudos em dialetologia e formas populares no Brasil; uma classe média dominante com poucas chances de mobilidade social, limitadas oportunidades educacionais e uma diferença enorme entre as várias classes sociais - os resquícios da cultura da escravidão com poucas pessoas não-brancas em posições de influência; um público leitor inteiramente da classe média; os resquícios das influências do neo-classicismo da cultura francesa; a falta de uma literatura proletária [...] e nenhuma tradição do uso de formas populares em romances. (p.27).

Dino Preti (1990) também aborda a questão da aceitação de determinados padrões linguísticos em textos literários. Para o autor, a aceitação obedeceria a determinados critérios, variáveis e dependentes de fatores diversos, como os “sócio-culturais, filosóficos, morais e econômicos, etc.” (p.32). O teórico ressalta a crescente aceitabilidade social, na literatura, de formas linguísticas pouco privilegiadas como o coloquialismo, as construções populares e o vocabulário gírio.

De acordo com sua reflexão, a mudança na aceitabilidade desses critérios associa-se às “épocas mais conflituosas, nos momentos de crise econômica, nos tempos de contestação moral, nas fases de transformações políticas e de lutas de classe” (p.32). Preti ainda aponta o uso e a aceitação de formas “menos privilegiadas” na língua oral como um elemento mediador para o uso e a aceitação dessas formas na língua escrita, uma vez que a língua falada é “muito mais suscetível de motivar variações no critério de aceitabilidade das pessoas” (p.32), ao passo que a língua escrita, ainda de acordo com o autor, relaciona-se à tradição e a posições conservadoras. De acordo com o autor, “quando qualquer evolução surge nesses critérios é porque ela já se consolidou de há muito na língua oral” (p.32).

Apesar de haver uma tentativa de se levar para a escrita a riqueza do dialeto, há de se considerar que compromisso autoral com a legibilidade e a inteligibilidade da obra baliza as

escolhas tanto de autores como de tradutores, havendo, de modo geral, “uma quantidade limitada de marcas socioletais cuidadosamente selecionadas, a fim de assegurar a inteligibilidade e a legibilidade dos diálogos” (LANE-MERCIER, 1997, p.46). Esse compromisso com a legibilidade das obras inibirá, de acordo com Ives (1950, 1955), o retrato de um tipo de fala. “Portanto, todo dialeto literário será necessariamente um retrato parcial e artificial de uma fala real”, não podendo ser considerado autêntico.

Independentemente de não se retratar a linguagem não-padrão na literatura de forma autêntica e fiel, o que está em jogo seriam mais do que questões de ordem linguística, mas sim de ordem política, social e ideológica, subjacentes ao uso de linguagem não-padrão nos textos escritos. Segundo Lane-Mercier (1997), a partir do momento em que se dá visibilidade ao plurilingüismo, que romperia com e invalidaria a suposta unidade de línguas nacionais e de ideologias dominantes, perturbando a suposta unidade do discurso narrativo, introduzindo rupturas discursivas e descontinuidades que “imitam” ou transformam os fenômenos lingüístico e social do mundo real, o leitor é confrontado com uma variedade de vozes socialmente determinadas e de possibilidades interpretativas, o que, conseqüentemente, desloca as preocupações lingüísticas para o âmbito discursivo. E essas vozes, lingüisticamente marcadas, acabam por construir significados dependentes das circunstâncias em que esses textos circulam e com os propósitos a que servem.

Considerações finais

Diante das variáveis que incidem no ato tradutório, não se pode conceber a tradução como um produto neutro, imune ao contexto histórico, às ideologias que circundam esse contexto e que interferem no trabalho do tradutor. Assim, uma vez que a tradução será o produto de uma leitura comprometida com essas questões, o processo tradutório pode ser comparado a um palimpsesto. Definido por Arrojo (1992a, p.23-24) como “o texto que se apaga, em cada comunidade cultura e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do ‘mesmo’ texto”, o texto traduzido reflete o comprometimento do tradutor com a comunidade interpretativa (FISH, 1980) para a qual o romance

é dirigido e que, conseqüentemente, permite outras possibilidades de leitura diferentes daquelas associadas ao texto original.

A significação de um texto é construída somente por meio de uma leitura e, desse modo, sentidos ao texto original são atribuídos, e não resgatados, na tradução. O ideal de preservação dos “mesmos” significados de um texto gera a impossibilidade da realização de uma tradução, pois uma tradução que busca os “mesmos” significados, quer no semântico, quer no nível contextual, do texto de origem, é irrealizável.

1- Texto apresentado na I Jornada do CEPEL, realizada em 2007, em Cáceres, MT, na mesa-redonda intitulada Língua, norma e instituição.

2- Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São José do Rio Preto. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Alto Araguaia. E-mail: maristelasarian@gmail.com

3- Tradução minha, bem como as demais, quando não há edição disponível em português.

4- De acordo com Annick Chapdelaine e Gillian Lane-Mercier (1994), o conceito de dialeto “fundase sobre critérios mais especificamente geográficos” (p.7), ao passo que o termo socioleto seria de “uso recente” e designaria, em sociolinguística, “toda linguagem própria a um (sub)grupo social determinado” (p.7). No entanto, apesar de essas autoras fazerem uma distinção entre socioleto e dialeto, reconhecem que há uma relação entre eles, uma vez que concebem o socioleto “como um termo genérico que recobriria aqueles [dialeto, idioleto, tecnoleto] mais específicos, pois fundados sobre um conjunto mais restrito de parâmetros”, ao passo que o termo dialeto abrangeria “as determinações geográficas [que] implicam, em geral, determinações sócio-culturais” (p.8).

5- Não há como representar um dialeto na literatura porque não se pode conceber a língua escrita como representação direta da língua falada. Dessa forma, é ilusório pensar que, em algum nível, a escrita representaria a fala, mesmo no caso de escritores que pretendem retratar, em suas obras, a língua falada de seu tempo. O que de fato ocorre, conforme apontam Dino Preti (2000) e Hudinilson Urbano (2000), é uma tentativa de se levar à língua escrita a “realidade” da língua falada.

Aceito para publicação em XX/XX/200X.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, R. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões. In: _____ (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992a. p. 71-79.

_____. *Oficina de tradução*. São Paulo: Ática, 1992b.

CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio à lingüística aplicada*. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.

CHAPDELAINE, A.; LANE-MERCIER, G. Traduire les sociolectes: définitions, problématiques, enjeux. *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p. 7-10, 1994.

_____. Transparence et retraduction des sociolectes dans *The Hamlet* de Faulkner. *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p. 11-33, 1994.

FISH, S. *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

IVES, S. A theory of literary dialect. *Tulane studies in English*, New Orleans, v. 2, p. 137-82, 1950.

_____. Dialect differentiation in the stories of Joel Chandler Harris. In: ALLEN, H.B. (Ed.). *American Literature*. New York: Appleton, 1955. p. 413-19.

LANE-MERCIER, G. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. *Target*, Amsterdam, v. 9, n. 1, p. 43-68, 1997.

LAVOIE, J. Problèmes de traduction du vernaculaire noir américain: le cas de *The Adventures of Huckleberry Finn*. *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p. 115-144, 1994.

MILTON, J. A tradução de romances “clássicos” do inglês para o português no Brasil. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, v. 24, p. 19-33, 1994.



_____. *O clube do livro e a tradução*. Bauru: EDUSC, 2002.

PRETI, D. Tradução e aceitabilidade social das formas lingüísticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES – 4., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Humanitas, 1990, p. 31-37.

_____. *Sociolingüística: os níveis de fala*. 9.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

RAJAGOPALAN, K. Traição versus transgressão: reflexão acerca da tradução e pós-modernidade. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp., p. 123-30, 2000.

URBANO, H. Língua falada – língua literária. In: _____. *Oralidade na literatura* (o caso de Rubem Fonseca). São Paulo: Cortez, 2000. p. 127-132.
VENUTI, L. The translator's invisibility. *Criticism*, Detroit, v. 28, n. 2, 1986, p. 179-213.

_____. Introduction. In: _____. *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. Londres: Routledge, 1992. p. 1-17.

_____. Heterogeneidade. In: _____. *Escândalos da tradução*. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Vilela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-63.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SARIAN, M. C. *A tradução e a sociolingüística: um estudo sobre The color purple e sua tradução*. 2002, 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.